

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1000251-59.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Espécies de Contratos**  
 Requerente: **Elizabeth Aparecida de Souza Bulhões Pedro**  
 Requerido: **Cleber Francisco Torres**

Justiça Gratuita

**ELIZABETH APARECIDA DE SOUZA BULHÕES PEDRO** ajuizou ação contra **CLEBER FRANCISCO TORRES**, pedindo a condenação ao pagamento de indenização por danos materiais e morais, bem como a exclusão de seu nome de cadastro de devedores, pois vendeu-lhe um automóvel, assumindo o comprador a obrigação de continuar pagando as prestações mensais do financiamento, o que não fez, ensejando a inscrição cadastral.

Indeferiu-se tutela de urgência.

Citado, o réu não contestou os pedidos.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

A presunção de veracidade incide sobre os fatos alegados, não sobre a regra jurídica.

Aliás, a presunção é relativa. Ainda que os efeitos da revelia recaiam sobre o réu, a presunção dela decorrente não é absoluta, dada a aplicação dos princípios da livre apreciação da prova e da persuasão racional do julgador, não estando este adstrito a acolher a pretensão exordial (TJSP, Apel. nº: 9000008-13.2011.8.26.0073, Rel. Des. Itamar Gaino, j. 25.02.2013).

Confira-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. REVELIA. EFEITOS. RECONVENÇÃO. DIREITO AUTORAL. DANO. COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Esta Corte possui entendimento de que, na revelia, a presunção de veracidade é

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

relativa, de forma que a sua ocorrência conduz à procedência do pedido se, com as provas dos autos, o magistrado se convencer da existência dos fatos alegados e não contestados. Entendimento que se aplica à reconvenção. Precedentes.

2. Para prevalecer a pretensão em sentido contrário à conclusão do tribunal de origem, que entendeu pela inexistência de dano, mister se faz a revisão do conjunto fático-probatório dos autos, o que, nos termos da Súmula nº 7/STJ, é inviável nesta instância especial. 3. Agravo regimental não provido.” (AgRg no REsp n.º 439.931/SP, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, 3ª Turma, j. 20/11/2012, DJe 26/11/2012)

Ora, conforme já decidiu o E. STJ, “a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor é relativa. O alcance do artigo 319 do Código de Processo Civil deve ser mitigado, porquanto a revelia não induz obrigatoriamente à procedência do pedido inicial, que dependerá do exame pelo magistrado de todas as evidências e provas dos autos (REsp 689331/AL, 2ª Turma do STJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, j. 21.12.2006)”.

A revelia e a conseqüente presunção de veracidade do art. 319 do CPC não implicam, inexoravelmente, na procedência do pedido. O efeito da revelia não dispensa a presença, nos autos, de elementos suficientes para a persuasão do juiz. A presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor é relativa, e não absoluta, podendo ceder frente às provas existentes nos autos, em consonância com o princípio do livre convencimento do juiz REsp 723.083/SP, Rel. MIN. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/08/2007, DJ 27/08/2007.

O silêncio do réu permite crer que realmente houve contrato de compra e venda entre as partes, assumindo o réu a obrigação de continuar pagando as prestações mensais do financiamento pendente, o que não fez. Também não pagou o preço combinado, de R\$ 11.000,00, de rigor a condenação a tanto.

Depreende-se também, à vista inclusive do documento de fls. 26/27, que a falta de pagamento das prestações acarretou a inclusão do nome da autora em cadastro de devedores. A exclusão, no entanto, não pode ser tomada neste processo, seja porque os pagamentos efetivamente não aconteceram, de modo que o fato anotado, da impontualidade, é verídico. Ademais, o promovente da inclusão é BV Financeira S. A., pessoa jurídica alheia a este processo e que, obviamente, não pode sofrer qualquer efeito da sentença.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

É inegável que a inclusão do nome em cadastro de devedores produz constrangimento moral para a pessoa, ensejando indenização que minimize o dano causado. O dever indenizatório é imputado ao réu, que assumiu a obrigação de pagar as prestações e não o fez. Arbitra-se R\$ 7.000,00, excessivo o valor pleiteado.

Afasta-se a cogitada indenização por dano material, incompatível com a relação jurídica.

A autora vendeu para o réu um objeto. A falta de pagamento do preço enseja a rescisão do negócio jurídico mas não justifica impor ao comprador o pagamento de uma renda diária pelo uso do bem, o qual integra seu patrimônio. Exerce a posse direta na condição de proprietário e está sendo condenado ao pagamento do preço prometido, naturalmente obrigá-lo ao pagamento de uma renda.

Diante do exposto, **acolho em parte o pedido** e condeno o réu a pagar para a autora as importâncias de R\$ 11.000,00, com correção monetária desde a data do ajuizamento da ação, e R\$ 7.000,00, com correção monetária a partir desta data, além de juros moratórios contados da época da citação inicial, respondendo também, pelas custas e despesas processuais, e pelos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação.

Rejeito o pedido de exclusão do nome de cadastro de devedores e de indenização pelo uso do bem.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 07 de março de 2017.

  
**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**